

Nordeste do Brasil 1700-1750

Reexame de uma crise

J. H. GALLOWAY *

No período de 1700 a 1750 ocorreram modificações drásticas no Brasil. Os dois elementos principais dessas modificações foram o começo da produção de ouro nas montanhas do atual estado de Minas Gerais, mais tarde em Goiás e Mato Grosso, e um declínio da agricultura nas áreas costeiras do Nordeste. Na historiografia do Brasil essas modificações foram inter-relacionadas, uma como causa, outra com efeito. Assim procedendo, os historiadores prestaram pouca atenção à data da depressão na agricultura ou às variações geográficas da intensidade do declínio. Neste artigo me proponho a examinar os estágios desse declínio mais estreitamente, e a tentar determinar o significado da descoberta do ouro como causa, comparando seu papel a uma outra das possíveis causas, como a seca, instabilidade política e, devido ao surgimento de outros centros de produção de açúcar mais competitivos, o declínio dos preços desse produto. Mostrarei que a depressão agrícola no Nordeste veio muito depois da descoberta inicial do ouro e argumentarei que o preço do açúcar, mais do que os efeitos da corrida do ouro, foi a variável crucial na regulagem de tempo da depressão.

A historiografia tradicional pode ser resumidamente revista. Ela afirma que, no começo do século dezoito, a economia agrícola do Nordeste entrou num período de crise e declínio. Parte das dificuldades foi atribuída ao aumento da competição dos produtores do Caribe, mas a

* Departamento de Geografia da Universidade de Toronto — Canadá.

causa principal foi admitida como sendo a descoberta do ouro durante os últimos anos do século dezessete e, mais tarde, no interior do Brasil, descobertas que produziram a centelha da primeira corrida do ouro dos tempos modernos. Os plantadores de cana, estamos informados, deixaram seus Estados e, levando seus escravos, marcharam para o interior à procura do ouro. Nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro as tripulações abandonavam seus navios, caixeiros e aprendizes deixavam suas lojas e se juntavam à corrente de imigrantes de Portugal, atraídos para o interior do Brasil pela perspectiva de fácil enriquecimento. O efeito culminante da corrida do ouro nas áreas agrícolas do Nordeste foi a escassez da mão-de-obra, o abandono das plantações e queda da produção agrícola. Para os plantadores que permaneceram em seus estados, o problema da diminuição da mão-de-obra foi agravado pelo aumento do preço dos escravos, acarretado pela demanda desses braços nos distritos auríferos. Assim, na passagem do século, o primeiro *boom* na economia do Brasil, baseado no açúcar, deu lugar ao segundo *boom*, baseado no ouro. O Nordeste se encontrou desgovernado nas águas revoltas dos acontecimentos, sofrendo declínio na agricultura e perda da população. Um símbolo deste estado de coisas foi a eventual remoção da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Tal resumo, em linhas gerais, é a história tradicional.

As origens desta interpretação podem ser localizadas nos relatórios contemporâneos dos governadores gerais nos princípios do século dezoito. João de Lencastre emitiu conceitos sobre as prováveis consequências que a descoberta do ouro acarretaria para o Nordeste em duas cartas ao Rei, escritas em Salvador em 1700 e 1701. Lencastre previu que o preço dos escravos aumentaria e que a mão-de-obra seria tirada dos campos para trabalhar nos distritos auríferos, em detrimento da agricultura de Portugal e do Brasil. Considerou, também, que o ouro do Brasil entraria no Tejo apenas para ser reexportado; a Inglaterra, a França, a Holanda e os estados italianos seriam os píses que lucrariam. "Seus, serão os benefícios", escreveu Lencastre, "nosso, o trabalho".¹ Os receios de Lencastre pela agricultura brasileira foram compartilhados por seu sucessor em Salvador, Rodrigo da Costa, que asseverou que a verdadeira riqueza do Brasil estava mais na sua agricultura do que nas suas minas.² A mesma opinião foi vigorosamente defendida por Antonil no seu clássico relato da economia e vida da colônia, *Cultura e Opulência do Brasil*, rica fonte para os historiadores.³

O que veio a ser relato padrão do impacto da descoberta do ouro sobre o Nordeste apareceu, em 1730, na *História da América Portuguesa*,

- 1 Lencastre ao Rei, Bahia, 27 de janeiro de 1700, na Biblioteca do Palácio de Ajuda, Lisboa, 5-VI-24, fôllo 454, e especialmente Lencastre ao Rei, Bahia, 12 de janeiro de 1701, Arquivo da Casa de Cadaval, Muge, Portugal, Cod. 1087, fôllos 488-490, reimpresso por André Mansuy na sua edição de Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (Paris, 1968), 586/90. A citação é da carta de 1701.
- 2 Dom Rodrigo da Costa debateu o caso da agricultura enquanto em função na Bahia e mais tarde em Lisboa como membro do Conselho Ultramarino. Veja o seguinte: da Costa para o Rei, Bahia, 20 de janeiro de 1703, 25 de junho, 1703 e 26 de junho 1703, no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (A.H.U.L. daqui em diante), Bahia caixa 20, 1701/3: da Costa para o Rei, Lisboa, 19 de junho, 1706, Impresso em Eduardo de Castro e Almeida, *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, de Lisboa, Bahia, 5 vols. (Rio de Janeiro, 1913/18) Vol. IV, 303/4, Doc. 2917 (C. e A. daqui em diante) Veja também a "Consulta", do Conselho Ultramarino, Lisboa, 1.º de setembro de 1706, em C. e A., Bahia, VI, 301/2, Docs. 2913 e 2914, dos quais Rodrigo da Costa foi o signatário.
- 3 Antonil, *Cultura e Opulência*, Mansuy (Ed.) op. cit. Para a descrição das pessoas indo para Minas Gerais veja pág. 368. Há uma condenação sucinta dos campos de ouro nas pp. 462/4. O livro original de Antonil é difícil de se entender, daí a referência à edição de Mansuy.

de Sabastião da Rocha Pitta.⁴ A discussão de Pitta é muito geral e ele não examina a intensidade do declínio da produção agrícola nem a magnitude das migrações da população. Southey, o historiador inglês do Brasil, escreveu sobre o assunto em proporções muito maiores e com mais brilhantismo do que Pitta, não fornecendo, contudo, nem maiores informações nem maior profundidade de interpretação.⁵ Em termos de uma análise crítica do declínio agrícola, Varnhagen é ainda menos satisfatório do que Southey.⁶ Esta historiografia sobrevive nos trabalhos dos historiadores atuais. Silva Rego falou do “êxodo geral, do abandono do litoral”,⁷ e Poppino, dos campos “que foram abandonados, uma vez que os plantadores estavam interessados em maiores riquezas, ou venderam seus escravos a preços exorbitantes para serem mineiros”.⁸

Esta historiografia é, de modo geral, muito generalizada e sem crítica. É vaga em determinados assuntos importantes, como a intensidade da depressão, as modificações no uso da terra que ela trouxe para a região, e a extensão do movimento da população. Confia, em larga escala, nos comentários dos administradores que eram observadores imparciais dos acontecimentos do Brasil colonial. João de Lencastre, Rodrigo da Costa, e certamente Antonil, estiveram firmemente empenhados na proteção da agricultura e da hegemonia das áreas de colonização mais antiga. Lencastre nutriu alguns temores um tanto alarmantes, em consequência da descoberta do ouro, como o surgimento de uma nova Genebra nos remotos vales do interior, o que seria uma ameaça ao catolicismo e ao Brasil.⁹ Seus relatórios ao Rei, assim como aqueles de da Costa, devem ser interpretados como trabalho de defensores na proteção da agricultura. Nos seus esforços para influenciar a política, e para retardar a expansão da economia de migração eles podem não ter ido além de um pequeno exagero. O fracasso dos historiadores foi o de não examinar este relatório. Foi apenas recentemente que a possibilidade de uma revisão foi levantada, com a sugestão de que a crise não era tão grande como se imaginava.¹⁰

Neste reexame da crise no Nordeste do Brasil confio no relatório despachado para Lisboa pelos funcionários coloniais. Em acréscimo à análise do curso dos acontecimentos, esses relatórios incluem os registros da coleta do dízimo na região, assim como das exportações. O registro dos dízimos (vide figs. 3 e 4) e das exportações fornece medidas quantitativas da produção agrícola e, assim, nos permite seguir o curso e a intensidade da depressão. As exportações para a Europa eram enviadas em comboios que velejavam em intervalos irregulares, partindo de

4 Sebastião da Rocha Pitta, *História da América Portuguesa desde o Anno de Mil Quinhentos do seu Descobrimto até o de Mil e Setecentos e Vinte e Quatro* (Lisboa Ocidental, 1730) 520/22.

5 Robert Southey, *History of Brazil* (Part the Third, London, 1819) 64/6.

6 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil* (5.^a ed. São Paulo, 1956) Vol. 4, 26 e 31.

7 A. da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII* (Lisboa, 2.^a ed., 1970) 26.

8 Rollie E. Poppino, *Brazil, The Land and People* (London and New York, 1969) 95. Para outros exemplos veja J. F. Normano, *Brazil, a Study of Economic Types* (Chapel Hill, 1935) e E. Bradford Burns, *A History of Brazil* (New York and London, 1970) 62/3. O mesmo relato geral aparece em histórias típicas do açúcar: Edmundo O. von Lippmann, *Geschichte des Zuckers, seiner Darstellung und Verwandung, seit den Aeltesten Zeiten bis zum Beginne der Rubenzucker Fabrikation* (Leipzig, 1890) 300/301 e também Noel Deerr, *The History of Sugar* (London, 1949/50) 2 vols., vol. 1, 110.

9 Lencastre, na carta de 12 de janeiro, 1701, reimpressa na edição de Mansuy de Antonil, op. cit. 586/90.

10 Eulália Maria Lahmeyer Lobo dá a sugestão em *Conflict and Continuity in Brazilian History*, pp. 268/96 em Henry H. Keith e S. F. Edwards (Eds), *Conflict and Continuity in Brazilian Society* (Columbia, South Carolina, 1969).

Salvador e Recife. Apenas pequena parte do total da colheita do açúcar era consumida no Brasil, conseqüentemente os registros da exportação de açúcar fornecem boa indicação sobre a situação da indústria do açúcar. Os números da exportação são bem mais completos para Salvador do que para Recife.¹¹ Os dízimos, conhecidos no Brasil como “Dízimos Reais”, eram taxas de uma proporção fixada do produto das culturas.¹² O direito de cobrar o dízimo em Portugal e suas possessões veio a ser concedido à Ordem de Cristo, cujo grão-mestre tornou-se hereditário na Coroa e, assim, a cobrança de dízimos se tornou uma prerrogativa real. Os dízimos eram arrendados e no começo do século dezoito constituíam a principal fonte da renda real no Brasil.¹³ Dos impostos, a Coroa era obrigada a custear as despesas da Igreja no Brasil, mas ainda sobrava grande parte depois de cumprida a obrigação, que era empregada na manutenção militar e administração civil da colônia. Os registros que restaram foram os dos contratos para os quais os dízimos foram vendidos e não as rendas das taxas atuais.¹⁴ Os contratos representavam a expectativa do que as taxas renderiam e, além do prazo longo, flutuava com o valor da produção agrícola. Outros acontecimentos como a boa ou má colheita, o aumento ou diminuição da área cultivada ou da ascensão ou queda dos preços das culturas podiam afetar o valor dos contratos, mas os registros dos dízimos sobre este meio século estão isentos de modificações atribuíveis ao reajustamento da moeda corrente portuguesa¹⁵ ou à transferência da terra, por legado, de um proprietário leigo tributável para um proprietário eclesiástico não tributável.¹⁶ As médias oscilantes do valor dos contratos para as quatro capitâneas estão

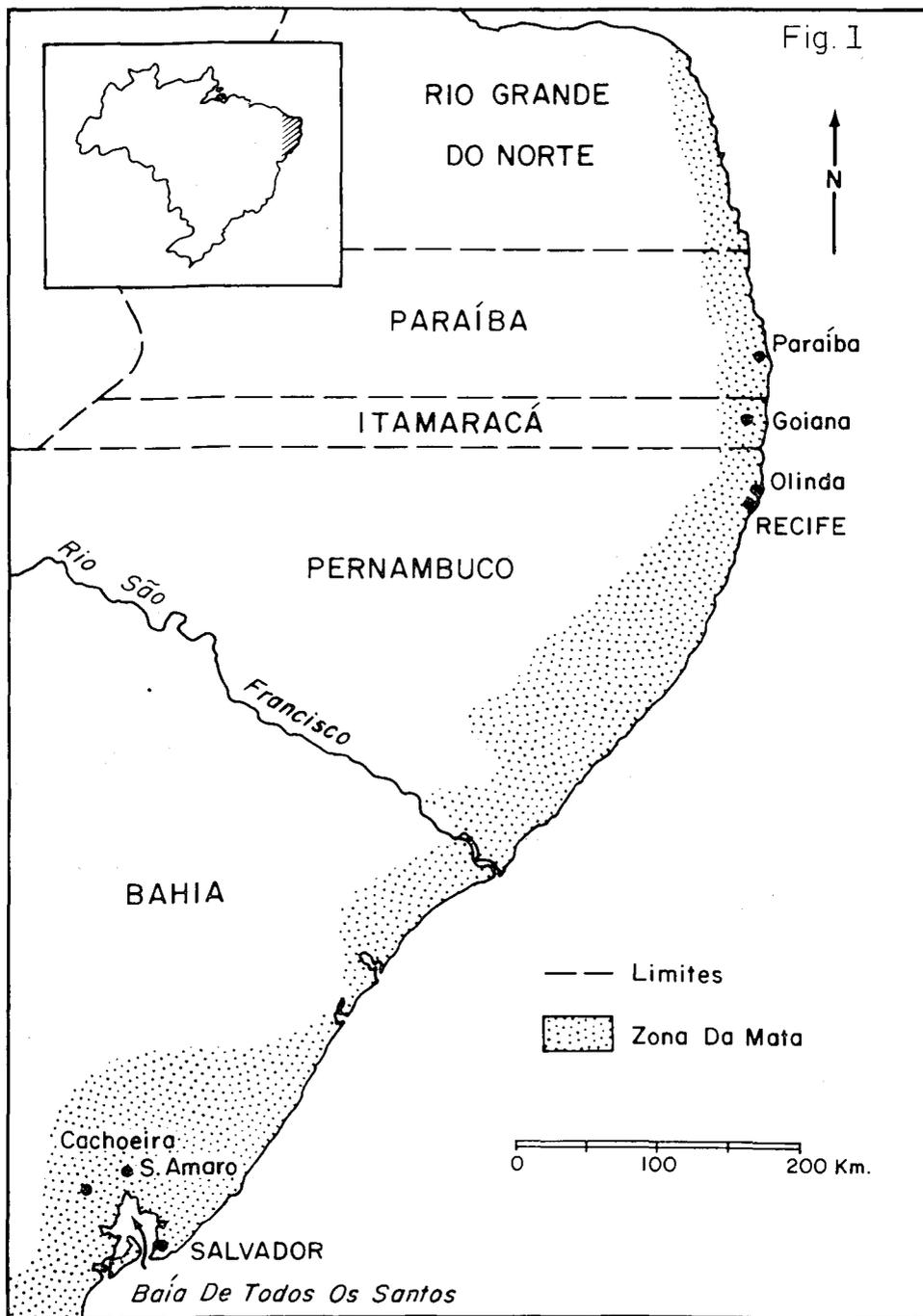
- 11 Os registros das exportações de açúcar podem ser encontrados em duas fontes. De 1715, as exportações do Brasil foram publicadas na *Gazeta de Lisboa*. Os itens na *Gazeta referentes ao Brasil* foram resumidos e publicados por Manuel Lopes de Almeida, *Notícias Históricas de Portugal e Brasil* (Coimbra, 1961/64) Vol. I. para os anos de 1715/50 e Vol. II para os anos de 1751/1800. Para as exportações de açúcar de Salvador veja também os registros da Junta de Tabaco que estão preservadas na Torre do Tombo (T. de T.) em Lisboa. Os importantes *maços* (pacotes de documentos) são de número 96 a 104A para os anos de 1698 a 1759.
- 12 A literatura sobre os dízimos no Brasil é muito escassa. Veja Dom Oscar de Oliveira, *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil nos Períodos da Colônia e do Império*, in *Estudos*, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1964, Vol. 3, trabalho originalmente publicado em Juiz de Fora, em 1940. A introdução ao assunto em inglês é de Manuel Cardoso, “Tithes in Colonial Minas Gerais”, *The Catholic Historical Review* 38 (1952) 175/82.
- 13 Um estudo detalhado da taxa e finanças no Nordeste do Brasil tem ainda de ser feito. Para discussão das finanças no Brasil Colonial, no Rio de Janeiro, consultar Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil* (Berkeley e Los Angeles, 1968) 279/417. De acordo com Alden, p. 301, entre 1550 e 1650 “os dízimos eram, de longe, a fonte de renda principal da Coroa vinda da colônia”.
- 14 Esses registros podem ser encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (A.H.U.L.). As referências aos documentos no A.H.U.L. são os seguintes: Capitania, *caixa* ou *maço*, data da *caixa* ou *maço*, escrevente, recebedor e data da carta.
- 15 Em 1688 a moeda corrente portuguesa foi desvalorizada. De acordo com Vitorino de Magalhães Godinho, “O principal efeito foi dotar Portugal com uma moeda de confiança que permanecesse firme nas próximas décadas”. Veja V. de Magalhães Godinho, “Portugal and Her Empire 1680-1720”, pp. 509/39 no *New Cambridge Modern History* (Cambridge, 1970), Vol. VI, citação p. 514. A estabilidade da taxa de câmbio entre a esterlina e o milreis português, 1700/1770, e apresentado no Apendix VI de H.E.S. Fisher, *The Portugal Trade* (London 1971) 147. Para a relação do cruzado português (400 reis) no câmbio de Amsterdam, veja N. W. Posthumus, *Inquiry into the History of prices in Holland* (Leiden, 1946/64). Vol. 1, 595/600. Modificações no valor do marco ouro (1722) e do marco prata (1734, 1747), anotados por A. H. de Oliveira Marques, *History of Portugal* (New York and London, 1972) Vol. I, “From Lusitania to Empire”, 390, não parece ter afetado a taxa de câmbio do mil reis.
- 16 O Rei para o Governador e Capitão-Geral do Brasil, Lisboa, 27 de junho in A.H.U.L., Bahia, *caixa* 23, 1712/14.

representadas no gráfico 2. Há falhas no relatório, mas as exportações e os dízimos do Nordeste forneceram, realmente, a base para indagar e se estender sobre a historiografia tradicional.

No começo do século dezoito a agricultura no Nordeste estava confinada quase que totalmente às quatro capitânicas da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. O açúcar foi o principal produto comercial e a cana foi cultivada ao longo da costa na denominada zona da mata. Ainda que por volta de 1700 a colonização já tenha ocorrido há uns duzentos anos, a zona da mata não estava totalmente colonizada. Havia, ainda, grandes trechos de terras incultas; as plantações estavam localizadas no Recôncavo baiano, principalmente, uma área de solos férteis em torno da Baía de Todos os Santos e em Pernambuco, imediatamente ao sul de Recife. Ao norte de Recife o cultivo da cana estava confinado aos solos aluviais dos vales, separados uns dos outros pelos tabuleiros áridos de arenito. Nas capitânicas menores de Itamaracá e Paraíba as plantações estavam totalmente restritas aos vales dos rios Goiana e Paraíba. O açúcar dessas duas capitânicas era enviado a Recife para exportação. Uma segunda cultura comercial, o fumo, desenvolvia-se nos solos arenosos, nas proximidades de Cachoeira, mas apenas em escala bem pequena em outras partes do Nordeste. Não era uma plantação industrial, mas cultivada por homens livres com mão-de-obra da família. O fumo de qualidade superior era exportado para a Europa, o inferior para a África, a fim de ser trocado por escravos. Para o interior da zona da mata, nos espaços abertos das terras interiores ou sertão, criava-se o gado. Carne bovina e bestas de carga eram vendidas para as plantações, e os couros crus exportados. Os canaviais constituíam a chave para a economia regional, constituindo-se não apenas na principal exportação, mas num mercado para os criadores de gado e, indiretamente, através da demanda dos escravos, para os lavradores de fumo. Das quatro capitânicas, a Bahia foi a mais importante, porque contribuía com cerca da metade da produção agrícola total do Nordeste.

De acordo com a historiografia tradicional, devemos contar com os registros para assinalar um marcante declínio na produção agrícola logo após a descoberta do ouro, uma vez que alguns plantadores abandonaram seus estados para ir para Minas, enquanto aqueles que permaneceram, encontraram dificuldades em refazer seu suprimento de mão-de-obra, por causa da elevação do preço dos escravos. Este declínio seria seguido por um prolongado período de baixa produtividade agrícola. Mas os registros não revelam tal padrão. Pelo contrário, os primeiros anos do século dezoito foram tempos de prosperidade para a indústria açucareira. Bons preços foram obtidos e exportou-se mais açúcar do que jamais havia sido antes. Os contratos de dízimos também alcançaram níveis recordes. Não foi senão cinquenta ou mais anos depois da descoberta do ouro, e depois deste período de expansão e prosperidade, que ocorreu o declínio na produção de açúcar. Mas este declínio, que alcançou o ponto mais baixo em 1710/12, foi temporário, e nem os funcionários coloniais da época puseram a culpa dele na falta de braço escravo. Durante os anos do declínio a zona da mata foi atingida por uma seca severa, que na Paraíba foi descrita como a pior de que se teve memória.¹⁷ A seca sozinha teria causado uma queda nas exportações e nos títulos de contrato, mas houve problemas adicionais. Já para os fins da primeira década do século os preços do açúcar começaram a

17 A.H.U.L. Paraíba, caixa 2, 1700/713, João da Maya da Gama ao Rei. Paraíba, 27 de maio, 1772. Veja também A.H.U.L. Pernambuco, caixa 17, 1714/16, Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 6 de junho, 1711.



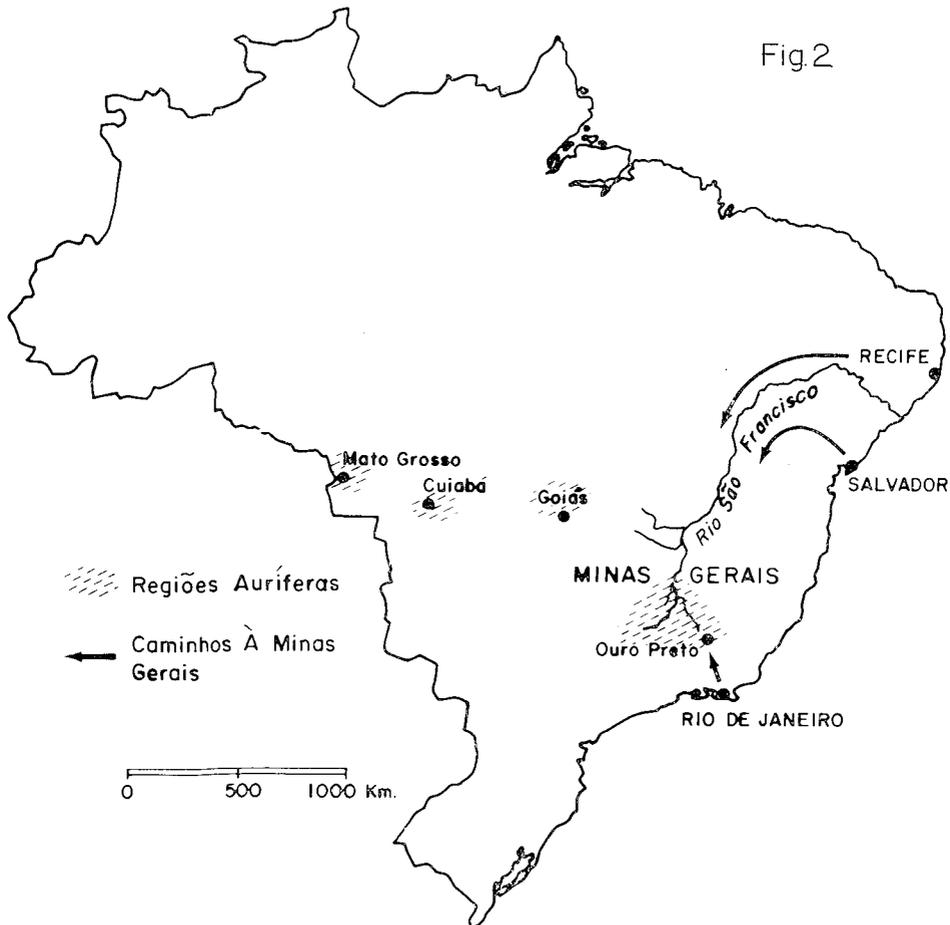
baixar.¹⁸ Relatórios de Salvador, de cerca de 1710 reclamam que a falta de embarques estava retardando as exportações,¹⁹ enquanto em Pernambuco e Paraíba a vida normal era perturbada por uma breve guerra

18 Os preços para o açúcar branco mascavo e refinado brasileiro em Amsterdam são dados em Posthumus, op. cit., Vol. I, 119/25 e 139/40.

19 A.H.U.L. Bahia, caixa 23, 1712/14, Luiz Lopes (?) ao Rei, Bahia 13 de junho, 1712.

civil (a guerra dos Mascates).²⁰ Uma vez restabelecida a paz e dissipada a seca, as culturas entraram novamente em fase de desenvolvimento,²¹ declaração sustentada pelo aumento dos contratos de dízimos. Na Bahia, a taxaço dos lavradores, na segunda década do século, ordena os contratos de dízimos acima do ponto recorde alcançado nos anos de 1704/6, uma perspectiva de restituição que se justificava, uma vez que ocorresse aumento na exportação do açúcar. O declínio da agricultura, no final da primeira década do século, foi causado por dificuldades temporárias e a recuperação não pôde ser feita porque as plantações perderam seu suprimento de mão-de-obra para Minas Gerais. O registro da produção agrícola, na segunda década do século, não se enquadra com a historiografia tradicional.

Podia-se argumentar que esta boa apresentação da indústria do açúcar e sua capacidade de manter a mão-de-obra pode ser atribuída ao sucesso da política recomendada por Lencastre, da Costa e outros



20 Para um comentário sobre os efeitos depressivos na agricultura, causados pelos distúrbios civis veja A.H.U.L. Pernambuco, caixa 16, 1712/13, João de Rego Barros ao Rei, Recife, 24 de setembro, 1713.

21 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 16, 1712/13, Félix José Machado ao Rei, Pernambuco, 1.º de setembro, 1713.

que foram admitidos pelo governo metropolitano. Durante os primeiros anos do século Lisboa tentou proteger o Nordeste dos efeitos perniciosos acarretados pela corrida do ouro. Foram editados regulamentos para limitar o número de escravos que Minas Gerais podia importar anualmente, a fim de controlar o movimento de escravos dentro do Brasil e assegurar que esses fossem enviados da África diretamente para o Nordeste. Não havia, entretanto, nenhum modo de Portugal poder policiar as trilhas no interior do Brasil ou a extensa costa atlântica, e este plano para organizar o tráfico de escravos, em favor dos interesses do Nordeste, era inexequível. Os registros da indústria do açúcar durante esses anos mostram que era também desnecessário. Como o Nordeste não havia sofrido a catástrofe prevista, enquanto um aumento na produção de ouro ocasionou um crescimento de importância para o Tesouro Real da cobrança de uma taxa em ouro, o quinto, a política de restrição do fornecimento da mão-de-obra para Minas Gerais tornou-se cada vez menos defensável e os regulamentos foram revogados no fim da década.²² O abandono da posição pró-agrícola por parte de Lisboa não frustrou a recuperação da produção de açúcar. Seguindo o declínio de 1710, os índices da produção agrícola variaram no seu testemunho, de capitania para capitania, sendo o contraste mais marcante aquele entre as duas maiores capitanias e as duas menores. Tendo em conta esta variação, o ouro de Minas Gerais teve o seu papel.

A capitania que continuou a resistir mais fortemente ao modelo subentendido pela historiografia tradicional foi a Bahia. Nos princípios de 1720 e de novo dez anos mais tarde, as exportações e os contratos de díizimos se aproximaram dos níveis registrados nos primeiros anos do século. A queda da produção nos mercados de 1720 foi causada pela seca que afligiu todo o Nordeste.²³ Nos relatórios em que esta baixa foi discutida não há menção de problema de mão-de-obra. Houve, na verdade, um aumento no preço dos escravos desde 1700,²⁴ mas a evidência diante de nós indica que os plantadores de cana baianos foram capazes de absorver este custo extra. Os plantadores baianos estavam numa posição competitiva mais favorável do que a maioria dos outros plantadores do Nordeste. Desfrutavam da vantagem dos solos mais férteis do Recôncavo e a Bahia de Todos os Santos oferecia abrigo para a frota comercial de exportação e transporte marítimo barato para Salvador. Suas plantações eram grandes, estabelecidas há muito tempo e bem equipadas. Pode-se supor, portanto, que tinham fácil acesso ao crédito. Talvez a vantagem mais destacada de todas residia no fato de que a Bahia plantava fumo, mercadoria de muita procura na África, onde podia ser negociada em troca de escravos. Durante os anos que se seguiram a 1700, os registros da *Junta do Tabaco* — a agência que administrava o comércio do fumo — mostravam não somente um aumento na produ-

22 Essa sentença resume o importante tópico da reação da Coroa em relação a descoberta do ouro e os debates sobre a política a ser adotada. Um interessante artigo sobre o assunto encontra-se em Manoel Cardoso, "The Brazilian Gold Rush", *The Americas* 3 (1946) 137/160.

23 Veja os comentários in A.H.U.L. Bahia, caixa 31, 1725, Vasco Luiz Cesar de Menezes para o Rei, Bahia, 20 de janeiro, 1725, e A.H.U.L. Bahia, caixa 35, 1726, Paulo Luiz da Costa para o Rei, 4 de fevereiro, 1726. Existem numerosas outras referências no documento sobre a seca durante esses anos.

24 Stuart B. Schwartz, "Free Labor in a Slave Economy: The Lavradores de Cana of Colonial Bahia", pp. 147/197 em Dauril Alden (Ed.), *Colonial Roots of Modern Brazil* (Berkeley, Los Angeles, London, 1973), gráfico na p. 194.

ção, mas também que a maior porcentagem do total da produção foi exportada para a África.²⁵

A Bahia, na verdade, possuía os meios para comprar escravos. Seus estreitos laços com Minas, da qual Salvador era seu porto principal, significava que algum ouro também passava ilegalmente para a África, recebendo escravos como recompensa. O resultado foi que Salvador continuou a ser o principal porto de escravos e a capitania, que contava com cerca da metade da produção agrícola do Nordeste, não havia, por volta de 1730 — mais de trinta anos depois da descoberta do outro — experimentado uma depressão agrícola.

Os registros da produção na segunda maior capitania, Pernambuco, durante o ano de 1720, não são tão completos. A recuperação da baixa de 1710 é claramente indicada, mas a amplitude total dessa recuperação não é registrada. Os plantadores pernambucanos desfrutaram de algumas vantagens. A área imediatamente ao sul de Recife é bastante adequada ao cultivo da cana e as plantações aí eram igualmente grandes como às do Recôncavo e de há muito estabelecidas e bem equipadas. A principal desvantagem em comparação com a Bahia era que o fumo não era cultivado em Pernambuco numa extensão significativa. O comércio de escravos era, portanto, mais difícil. Pernambuco também sofreu com a seca dos meados do ano de 1720.²⁶ Concluiremos que a produção de açúcar em Pernambuco, entre 1715 e 1730, provavelmente não tenha alcançado os níveis dos primeiros anos do século.

As curvas da produção agrícola que chegaram bem perto das ideais dentro da historiografia tradicional são aquelas referentes às capitânicas menores de Itamaracá e Paraíba. Aqui houve pequena recuperação do declínio de 1710 e a produção de açúcar permaneceu baixa. Paraíba e Itamaracá eram as capitânicas mais desfavorecidas. Não só eram as mais remotas, tendo que negociar através de Recife — que adicionava despesas de importação e exportação — assim como constituíam fonte constante de contendas com os funcionários pernambucanos, pois as plantações eram pequenas e muitas delas apenas recentemente fundadas. Os plantadores estavam longe de possuir a mesma riqueza e prestígio daqueles do Recôncavo e suas modestas propriedades não valiam como garantia para levantamento de crédito. Cultivava-se pouco fumo em ambas as capitânicas. Em acréscimo a essas desvantagens tinham que lutar contra as secas periódicas. A de 1720 foi particularmente difícil. Em 1723 a Santa Casa de Misericórdia de Goiania, a capital de Itamaracá, apresentava um cenário de ruína total, com os escravos morrendo de inanição.²⁷ Na Paraíba, um ano mais tarde, João Abreu de Castelbranco, o Capitão Geral, relatou que mais da metade dos escravos em sua capitania morreram, que o alimento era escasso e a pilhagem e o roubo a mão-armada tornaram-se comum.²⁸ A produção de açúcar caiu de tal maneira que as plantações, que anteriormente produziam 200 caixas de açúcar por ano, só davam apenas 50.²⁹

25 A afirmação é baseada no exame das exportações de tabaco de Salvador nos registros da Junta do Tabaco (T. do T.), maços 96 a 104A, 1698 a 1759.

26 Ver A.H.U.L. Pernambuco, caixa 19, 1721-24, Conselho da Cidade de Olinda para o Rei, 8 de dezembro, 1723, e A.H.U.L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26, Conselho da Cidade de Olinda para o Rei, 16 de agosto, 1725.

27 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 21A, 1726, a Santa Casa de Misericórdia da Vila de Goiania, Itamaracá ao Rei, 15 de agosto, 1725.

28 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 6, 1714-1725, João de Abreu Castelbranco ao Rei, Paraíba, 22 de abril, 1722.

29 A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714-1725, João de Abreu de Castelbranco ao Rei, Paraíba, 22 de abril, 1722.

O declínio da renda dos dízimos causou uma crise no tesouro paraibano. A folha de pagamento não era feita (por volta de 1726 os soldados não receberam pagamento durante três anos³⁰) enquanto as finanças da capitania viessem a depender de subsídios vindos de Pernambuco.³¹ Ao contrário da Bahia e Pernambuco, no ano de 1720, Itamaracá e Paraíba se encontravam num estado de depressão econômica próximo ao caos, acarretado, em primeira instância, pela seca, mas prolongado e agravado pelas dificuldades de mão-de-obra.

O declínio da população escrava da Paraíba e Itamaracá foi devido mais à morte, durante a seca, do que à venda de escravos para Minas Gerais; mas qualquer que tenha sido a causa da perda, os plantadores tiveram dificuldades em fazer a reposição. A partir de 1715 em diante, as reclamações a respeito da deficiência e despesas com escravos apareciam nos despachos de ambas as capitanias. O governo de Lisboa reconhecia a dificuldade e aconselhava cada capitania a negociar seus escravos diretamente com a África, passando por cima de Recife, o que ambas se decidiram a fazer.³² Esta política resultou apenas em grau limitado de sucesso. João da Maya da Gama, Capitão-Mor da Paraíba por vários anos durante a segunda década do século, tentou fazê-la funcionar. Foi um observador muito mordaz dos negócios locais, em relação às opiniões pobres dos plantadores, a quem caracterizava como homens imprestáveis e desprezíveis. Já no ano de 1714 aprontou uma escuna para mandar à África, mas teve grande dificuldade em conseguir um carregamento para trocar por escravos. Nenhum dos plantadores de cana contribuiu para o carregamento, e apenas dez rolos de fumo foram embarcados. Da Gama teve, pessoalmente, que providenciar as mercadorias — não especificou quais em seu relatório — assim como cidadão particulares, na cidade de Paraíba e em Itamaracá. Dentro de quatro meses a escuna havia voltado com 170 escravos, mas não foi bem sucedido na venda de nenhum dos escravos aos plantadores da Paraíba, nem foi capaz de vender, localmente, os escravos trazidos numa segunda viagem.³³ Talvez da Gama estivesse procurando uma desculpa para vender os escravos em Pernambuco e obter um lucro muito maior, mas quaisquer que tenham sido as observações pessoais tendenciosas, no relatório, dois pontos sobressaem que realmente refletem as dificuldades que as duas capitanias estavam passando. Arranjar um carregamento para negociar por escravos criava problemas, porque as mercadorias ficavam distantes das fontes do ouro e plantavam pouca quantidade de fumo. Daí estarem em grande desvantagem, comparadas

-
- 30 A.H.U.L. Paraíba, caixa 7, 1726-1730, João de Abreu de Castelbranco ao Rei, Paraíba, 17 de setembro, 1726.
- 31 Tive dificuldade em datar o começo deste subsídio. A referência mais antiga que obtive para o verdadeiro pagamento do subsídio foi a de 1729. A.H.U.L. Paraíba, caixa 7, 1726-1730, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao Rei, Paraíba, 22 de junho, 1729. Em 1724 20.000 cruzados para Paraíba são mencionados no contrato para os Dízimos das Alfândegas de Pernambuco e Paraíba: relatório sobre as finanças paraibanas, datado de 2 de maio, 1747, em A.H.U.L., Paraíba, maço 9, 1746-48 há uma referência para um pedido de subsídio em 1703. O subsídio era pago muito irregularmente. Por volta de 1747, de acordo com o relatório acima mencionado, deste ano, o subsídio era em obrigações num total de 50:318\$197 milreais.
- 32 Veja a correspondência em A.H.U.L., Pernambuco, caixa 18, 1717-1720, João de Rego Barros, Recife, ao Rei, 13 de novembro, 1718; Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 10 de março 1719; Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 3 de julho, 1719. Também Documentos Históricos (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1953), Vol. XCIX, pp. 83/85.
- 33 A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714-1725, o Rei ao Capitão-Mor da Paraíba, Lisboa 2 de setembro, 1715 e A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714-1715, João da Maya da Gama ao Rei, Paraíba, 22 de agosto, 1716.

com a Bahia, no comércio de escravos. Em segundo lugar, os anos de colheitas pobres tinham deixado os plantadores sem recursos ou crédito para comprar escravos. Foi nessas pequenas e pobres capitânicas que as repercussões da descoberta do ouro produziram efeitos duradouros na agricultura.

Nos começos de 1730 os índices de produção de açúcar registraram acentuada queda. Na Bahia e Pernambuco o declínio foi extremamente acentuado, com o ponto mais baixo alcançado nos fins de 1730, que foi bem abaixo do que o de vinte anos atrás. Além disso, ao contrário do que aconteceu nessa época, a recuperação demorou muito, especialmente na Bahia. Durante os anos do meio século as exportações de açúcar da Bahia atingiram a apenas 40 ou 50% daquelas dos anos bons do começo do século, e não alcançaram novamente os elevados níveis até 1780.³⁴ Em Pernambuco, as exportações de açúcar durante o ano de 1750, quando os dízimos indicaram a medida da recuperação do ponto mais baixo até atingir uma média anual de apenas 5.500 caixas e no ano de 1760 de 7.200 caixas, em contraposição à média anual de 12.000 caixas do começo do século.³⁵ É no ano de 1730 e nas décadas seguintes, e não imediatamente depois da descoberta do ouro, que ocorreu aí acentuado declínio da produção, seguido de muitos anos de baixa produtividade que está contido no modelo da historiografia tradicional. De fato, apenas depois de 1730, com o declínio da produção do açúcar nas principais capitânicas, pode ser dito que houve depressão agrícola no Nordeste.

O deslocamento da atuação da depressão, de uns 30 a 40 anos, onde tradicionalmente havia sido estabelecida, é a principal conclusão a ser tirada deste reexame da crise. A nova data para a depressão traz com ela, inevitavelmente, a necessidade de se reconsiderar as causas. Os acontecimentos que causaram apenas impactos temporários sobre a produção podem ser excluídos como causa do que foi uma depressão prolongada, embora a intensidade do declínio no começo dos trinta possa, em parte, ser devido à seca. A historiografia tradicional tem dado ênfase ao problema da mão-de-obra causado pela descoberta do ouro. Nos anos do meio do século ocorreu o período máximo da produção de ouro em Minas Gerais. Houve um aumento irregular na arrecadação do *quinto* durante o ano de 1730, alcançando o máximo em 1740; houve, também, um aumento de rendimento na cobrança de impostos sobre as importações de Minas Gerais,³⁶ embora o gráfico geral de exportação de ouro não se correlacione com o gráfico da exportação de açúcar. Contudo, há evidência de uma coincidência entre o aumento da atividade em Minas Gerais e a depressão agrícola no Nordeste, o que suscita a questão de que devamos aceitar a tese de que a expansão da economia de mineração provocou uma crise agrícola no Nordeste, quando a descoberta inicial do

34 Para as exportações do açúcar baiano do ano de 1780, veja o "Discurso Preliminar, Histórico, Introductivo com Natureza de Descrição Economica da Comarca, e Cidade da Bahia", publicado nos *Annais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 27 (1906) 281-348, ref. p. 315. Este Discurso dá números mais baixos para as exportações de açúcar da Bahia do que os compilados por mim para o gráfico 1. De acordo com o Discurso, o total das exportações, para os anos de 1736-39 inclusive, foram de 10.000 caixas, e a média anual das exportações de 1739-1766 foi de 6.629 caixas. Esses números parecem ser aqueles usados por Jorge de Macedo, *A Situação Econômica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos* (Porto, 1951) 170.

35 Antonil, Mansuy (Ed.). op. cit. 276, menciona Pernambuco como produzindo 12.300 caixas de açúcar por ano, das quais 12.100 foram exportadas. Para as exportações de 1750 e 1760 veja o relatório: "Informações da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba" datada em Lisboa, 20 de abril, 1780, in A.H.U.L. Pernambuco, caixa 65, 1777.

36 Kenneth R. Maxwell, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1803* (Cambridge, 1973) 254.

ouro não o fez. Não houve necessidade de se recorrer a esta orientação ou argumento para uma explicação alternativa de que a depressão residiu no preço do açúcar no mercado mundial. Em 1731, o Conselho Ultramarino em Lisboa comentou a queda dos preços do açúcar;³⁷ em 1738 o Conselho da Cidade de Olinda, a primeira capital de Pernambuco, reclamava que os preços do açúcar, do fumo e de couros estavam todos baixos.³⁸ Os preços do açúcar flutuavam de fato, mas a julgar pelo que evidenciava o mercado de Amsterdam, alcançaram seu ponto mais baixo na metade do século, no ano de 1730.³⁹ Os preços permaneceram geralmente baixos nas décadas do meio do século e, apenas quando os preços aumentaram substancialmente para os fins do século, a produção de açúcar no Nordeste alcançou, realmente, os níveis da pré-depressão. O preço do açúcar, portanto, aparece como variável decisiva na regulação do tempo da depressão.

O argumento de que foi o preço do açúcar, de preferência às dificuldades de obtenção de mão-de-obra que acarretou a depressão, seria fortalecido se pudesse ser demonstrado que durante a depressão havia disponibilidade de mão-de-obra para os plantadores. Os escravos estavam sendo importados pelo Nordeste, mas também por Minas Gerais. O que

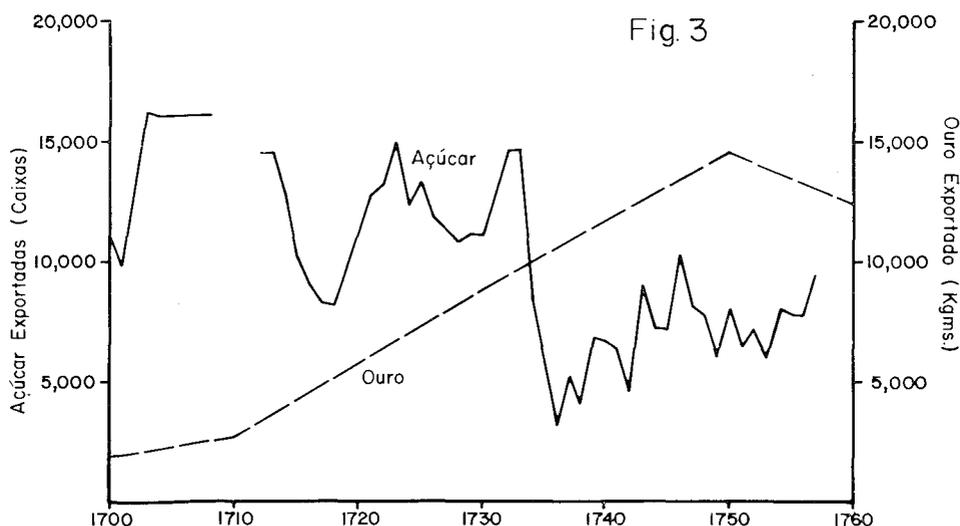


Fig. 3 — Açúcar Exportado de Salvador: Médias variáveis em cinco anos. As exportações para os anos de 1704/08, inclusive, foram enviadas em três comboios. O carregamento desses comboios foi dividido proporcionalmente pelos cinco anos.

Fontes: Torre do Tombo, Lisboa, Junta do Tabaco, maços 96-104A e a Gazeta de Lisboa.

Exportações de Ouro: gráfico desenhado a partir dos números sobre exportação do ouro, frequentemente publicados nas fontes padrões, mais recentemente em H.E.S. Fisher, *The Portugal Trade* (London, 1971) 30.

Veja também Frédéric Mauro, "De l'or du Minas Gerais au Café du Paraíba: Remarque de l'Histoire Comparée", pp. 235/246, em F. Mauro, *Études Economique Sur l'Expansion Portugaise 1500-1900* (Paris 1970), 236. Veja também J. F. Normano, *Brazil, a Study of Economic Types* (Chapel Hill, 1935), 31.

A fonte para esses números é A. Soetbeer, "Edelmetall Produktion und Werthverhältnis Zwischen Gold und Silber", *Petermann's Mitteilungen, Ergänzungsheft*, 57 (1879).

37 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 26, 1730-1732, Conselho Ultramarino, Lisboa, ao Rei, 27 de agosto, 1731.

38 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 32, 1738, Conselho da Cidade de Olinda ao Rei, 5 de abril, 1738.

39 Posthumus, op. cit. 119/25, 139/40.

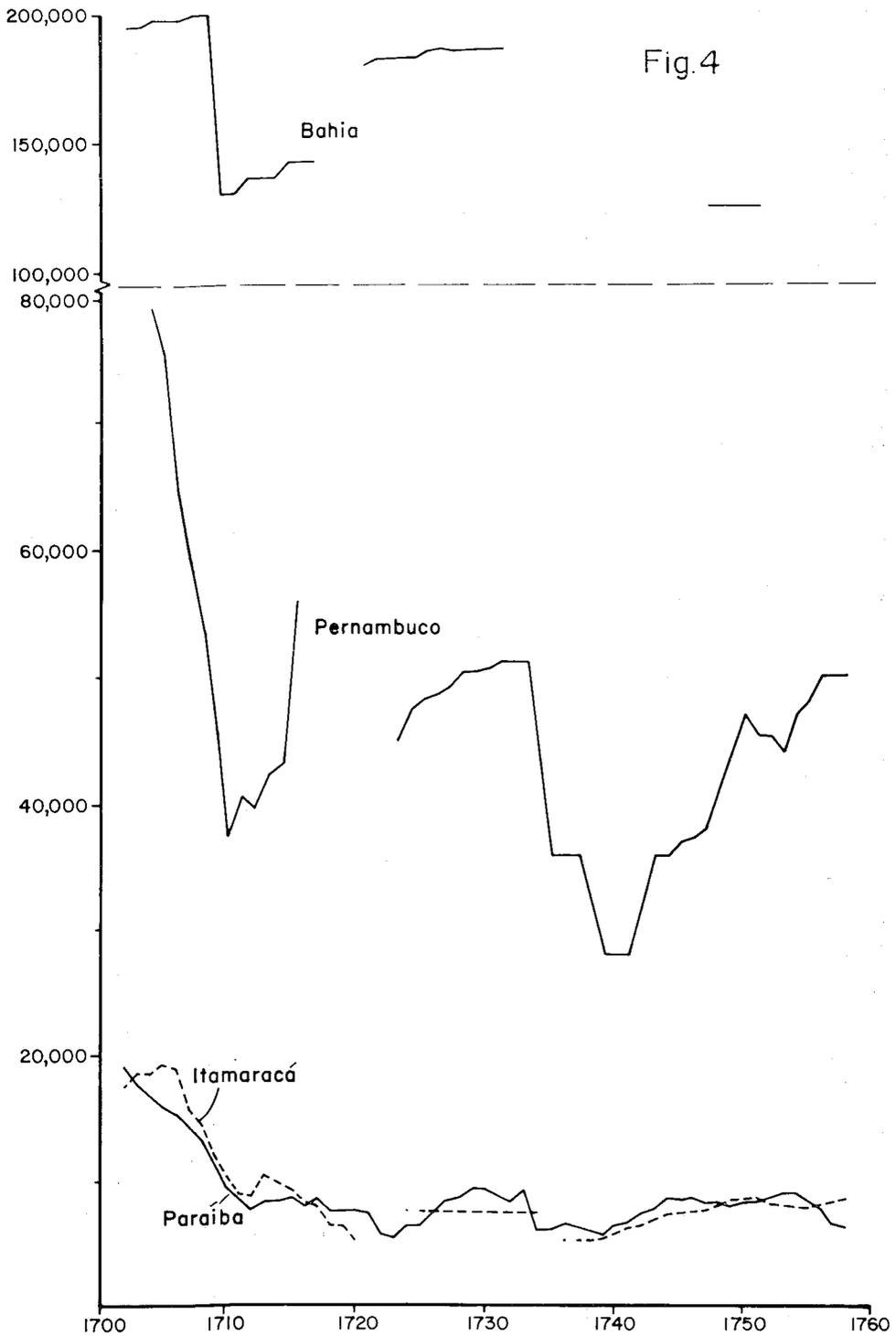


Fig. 4 — Contratos de Dízimos: Médias variáveis em cinco anos, valor em cruzados. Fontes: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, caixas e maços para Bahia, Pernambuco e Paraíba, 1700/60. Bahia, 17006, de Documentos Históricos, 95 (1952) 218/19.

se tem de descobrir é quantos escravos permaneceram no Nordeste. Em outras palavras, temos de calcular a estimativa do comércio de escravos para o Nordeste, por ano ou década. Um documento prevê justamente tais informações para o ano de 1750. Esta foi a década de maior atividade em Minas Gerais, uma vez que dos 21.848 escravos trazidos da África para Recife, 8.463 ou 40% foram comprados localmente, enquanto 13.385 foram enviados para o Rio e Minas.⁴⁰ Infelizmente não descobri semelhante computação para os primeiros anos ou para a Bahia. A discussão está, de fato, prejudicada pela falta de informações. Dados esparsos sobre a importação de escravos para o Nordeste realmente existem, mas ainda mais difíceis de se conseguir são os números sobre o movimento de escravos do Nordeste para Minas. Entretanto, não é necessário exatidão absoluta para estabelecer o ponto em que havia disponibilidade de escravos para os plantadores; o que é preciso é apenas uma indicação do volume do movimento de escravos dentro e fora do Nordeste. Para este fim, é possível calcular o número de escravos envolvidos no tráfico entre o Nordeste e Minas Gerais, dos registros de impostos que a Coroa começou a cobrar em 1714/15 sobre os escravos que deixavam o Nordeste para Minas.⁴¹ Todos os escravos eram taxados, quer estivessem apenas em trânsito pelo Nordeste quer retirados da população escrava existente na região. Inicialmente a taxa era de 4\$500 reis por cabeça, mas em 1725 a taxa sobre os escravos que seguiam a rota terrestre para Minas foi estabelecida em 9\$000 mil reis, para aqueles que iam por mar, via Rio de Janeiro, a taxa permanecia em 4\$500. A rota interna era mais popular — daí a taxa mais elevada — com, aproximadamente, dois terços dos escravos da Bahia dando preferência a ela, pelo menos era esta a situação no começo de 1720.⁴² As taxas foram arredondadas em dois contratos: uma para os escravos que deixavam ou passavam pela Bahia; a outra para os que deixavam ou passavam por Pernambuco e Paraíba. Presumivelmente houve evasões, mas o valor dos contratos refletem o número aproximado de escravos que os cobradores de impostos antecipavam e seriam incluídos cada ano no tráfico.

Por alguns anos o valor desses contratos, assim como os números dos escravos permaneceram, de modo que é possível calcular o balanço do comércio. Em Pernambuco, a informação para os anos de 1722/31 é particularmente boa e o cálculo do balanço do comércio para cada ano é apresentado na tabela. O ponto básico apresentado por esta tabela foi favorável a Pernambuco e Paraíba. Os números dados na tabela, com relação aos escravos que permaneceram nessas capitanias, são certamente baixos para o cálculo da parte da importação; apenas aqueles escravos importados da Costa da Mina são incluídos, e mesmo sendo esta a principal fonte de escravos, alguns escravos foram importados de ou-

40 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 65, 1777, "Informação da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba", submetida à Rainha em Lisboa, 20 de abril, 1780. Este relatório pretende, também, que dos 21.289 escravos trazidos de Angola para Pernambuco entre 1761 e 1770, apenas 1.653 foram para o Rio de Janeiro; dos 4.322 trazidos da Costa da Mina durante esses mesmos anos, 2.920 ficaram em Pernambuco.

41 Um despacho de João do Rego Barros, Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, ao Rei, 20 de agosto, 1726, mostra a cobrança das taxas começando em 1715: A.H.U.L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26. Veja também Aiden, op. cit. 303.

42 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26, Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros, 20 de agosto, 1726 ao Rei; A.H.U.L. Bahia, caixa 31, 1725, o Rei a Vasco Fernandez Cesar de Menezes, 24 de janeiro, 1725. Houve discussão a respeito dos impostos: na mesma caixa, veja resposta de Menezes, Bahia, 24 de junho, 1725 ao Rei. No período de 3 anos, terminando em junho, 1725, 10.558 escravos deixaram a Bahia para Minas, 3.587 deles por mar.

tras partes da África. Os dados baianos (tabela 2) corroboram o mesmo ponto, de que o balanço do comércio de escravos foi favorável ao Nordeste. Como pode ser visto nessas tabelas, o valor dos contratos baianos foi muito mais alto do que os de Pernambuco e Paraíba, um fato que reflete a maior importância de Salvador sobre Recife como porto de escravos. Os poucos contratos baianos que permaneceram sugerem que seu valor flutuou pouco. Para os anos de 1728/48, Verger calculou que Salvador importou da Costa da Mina uma média anual de 4.750 escravos.⁴³ Usando este número em conjunção com o valor do contrato de escravos com destino a Minas, de 20.000\$000, e considerando que dois terços dos escravos seguiam a rota por terra, o balanço do comércio em favor da Bahia foi da ordem de 2.000 por ano. Este também é o número mínimo para os cálculos de Verger, que são apenas para escravos importados da Costa da Mina e não leva em conta escravos vindos de outras partes da África. A corrida do ouro e o aumento no preço dos escravos nos primeiros anos do século não impediu o registro das exportações de açúcar e, apenas eventualmente, começou a restringir o cultivo da cana nas plantações mais pobres; os cálculos nas tabelas 1 e 2 e o registro do comércio em Recife, no ano de 1750, mostram que no segundo quartel do século, se tanto, o Nordeste dispunha ainda de um balanço favorável no comércio de escravos e podia competir com Minas, mesmo durante os anos de produção máxima do ouro.

A discussão acima não se vale, finalmente, da tese da escassez de mão-de-obra como causa da depressão, pois o excedente no comércio de escravos pode ter sido abaixo do nível necessário para substituir os escravos que morriam nas plantações. Seria este o caso: o braço escravo estaria gradativamente definhando? A resposta a esta pergunta terá que esperar até que mais dados sobre a população escrava do Nordeste venham a luz. Um enfraquecimento da força de trabalho teria produzido uma crise que não tinha alternativa para a existência da escravidão, mas há evidência de que existe, de fato, uma alternativa, e que não tinha sido explorada pelos plantadores. Homens livres, de acordo com um relatório, estavam sendo empregados em algumas plantações da Paraíba que tinham poucos escravos⁴⁴ e, na metade do século, havia numerosa população livre empregada no Nordeste; dita em números, cerca de 50.000 somente em Pernambuco. Havia interesse em saber como esse povo podia estar empregado. A solução proposta foi pô-lo a trabalhar no cultivo do algodão, de preferência ao da cana. Foi ainda sugerido que os plantadores de cana cultivassem algum algodão em suas terras.⁴⁵ Estas propostas para solucionar problemas de emprego não concordam com o ponto de vista de que a indústria do açúcar sofresse depressão por causa da falta da mão-de-obra. O algodão chegou mais tarde no século, tornando-se importante produto de exportação do Nordeste. Em resumo, a evidência de fornecimento de escravos para o Nordeste e a existência de emprego rural leva à conclusão de que a historiografia tradicional superenfatizou o problema da mão-de-obra como causa da depressão. Repercussões no mercado internacional em relação ao açúcar e não a economia de mineração em Minas Gerais acarretaram a crise agrícola.

43 Pierre Verger, *Flux et Reflux de la Traité des Nègres entre Le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du Dix-Septième au Neuvième Siècle* (Paris et La Haye, 1968) 664.

44 Os índios eram empregados para cortar lenha para as plantações. Sem seu auxílio a fabricação de açúcar não teria sido possível. A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714/25, João da Maya da Gama, Paraíba, 20 de agosto, 1716.

45 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 49, 1756/57, Luiz Diogo da Silva a Sebastião José de Carvalho e Mello, Recife, 9 de maio, 1757. Esse desemprego foi descrito como tendo sido os brancos convencidos de que o trabalho era apenas para os pretos.

O dogma final da historiografia tradicional é o declínio da população no Nordeste, uma vez que o povo migrou para Minas Gerais. As descrições, na literatura, dos movimentos das populações não foram acompanhadas pelas estimativas da escala de migração ou da extensão do declínio no Nordeste. Tanto quanto possa estar informado, há apenas uma única exceção para a declaração acima. Em 1938 Friederich W. Friese escreveu que “estimava-se que pelo menos meio milhão de pessoas, incluindo cerca de 300.000 escravos, deixaram a região”.⁴⁶ Foi dada ampla divulgação a este total por intermédio de Preston James, que o incluiu no relato sobre o Nordeste, em seu clássico trabalho sobre geografia regional da América Latina.⁴⁷ Infelizmente, a discussão de Friese não foi documentada e ele não nos diz como chegou a esta avaliação. A convicção foi posteriormente reduzida por sua reivindicação, repetida por James, de que 1710/20 foi o maior período de migração, especialmente da Bahia. Assim mesmo, durante esta década, a produção de açúcar foi aumentada, especialmente na Bahia. A cifra de 300.000 implica numa média de movimento anual por toda a metade do século, de 6.000 escravos, mas os cálculos nas tabelas 1 e 2 indicam um movimento de cerca de 3.500 escravos por ano e destes, muitos deles, se não quase todos, dificilmente podiam ser considerados uma perda para o Nordeste, uma vez que eram importados diretamente da África para Minas. Todavia, Friese chega a este total, que parece elevado e deve ser posto de lado.

A existência de grande número de desempregados na metade do século e a demonstração de que as plantações não foram repentinamente despojadas de sua mão-de-obra, sugere que o tema do despovoamento foi esgotado. Há uma evidência adicional de que o Nordeste continuou como uma região populosa, a julgar pelos padrões brasileiros. As cidades, tanto grandes como pequenas, se desenvolveram. A cidade de Salvador cresceu de cerca de 21.000 habitantes, no começo do século, para entre 35.000 e 40.000, em 1750.⁴⁸ No ano de 1720 tanto Cachoeira como Santo Amaro foram elevadas à categoria de vila. Nos inquéritos que precederam esta designação constava que ambos os centros tinham a finalidade de servir a uma zona rural bem populosa.⁴⁹ No ano de 1770 há resultados de alguns censos: depois de anos de depressão, o Nordeste tinha ainda, aproximadamente, 700.000 habitantes, ou 45% do total da população do Brasil.⁵⁰ Algumas pessoas deixaram realmente o Nordeste para garimpar ouro, muitos passaram por aí, no seu caminho de Portugal e da África, para Minas. Provavelmente jamais saberemos em que quantidade, mas, certamente, não escreveremos mais sobre um êxodo geral da região, do abandono da costa para ir em perseguição ao ouro.

46 Friederich W. Friese, “The Drought Region of Northeastern Brazil” *Geographical Review* 28 (1938) 363-378, ref. p. 373.

47 Preston E. James, *Latin America* (Indianapolis and New York, 1974, Fourth Edition) 728/29.

48 Os números para Salvador são os seguintes: 1706: 4.296 fogos ou 21.601 almas de confissão. Os censos de 1755/57 e 59 registraram a população de Salvador com 37.543, 34.170 e 40.263 respectivamente. Fontes: para 1706 e 1755 veja A.H.U.L. C. e A., Bahia, doc. 2010, 1759: A.H.U.L. C. e A. Bahia, doc. 10.319, 1757 e para discussão veja Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade de Salvador* (Editora Itapuá, Salvador, Bahia, 1969), “Os Censos do Século XVIII”, pp. 181/217.

49 Petição de Cachoeira in A.H.U.L. Bahia, caixa 33, 1725, Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 20 de abril, 1723, e A.H.U.L. Bahia, caixa 31, 1725, Vasco L. Cezar de Menezes ao Rei, Bahia, 19 de janeiro, 1725. Para Santo Amaro: A.H.U.L. Bahia, caixa 37, 1727, Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 28 de julho, 1727.

50 Alden, D. “The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a Preliminary Study”, *Hispanic American Historical Review* 43 (1963) 173/205.

As conclusões principais deste reexame da crise no Nordeste deslocam o início da depressão para o ano de 1730, pondo a culpa dela no preço do açúcar e sustentando que o movimento da população saída da região foi exagerado. Tomadas juntas, essas conclusões importam numa revisão maior da historiografia tradicional. O artigo concorda com esta historiografia no que se refere a ter havido grave depressão agrícola.

A crise do Nordeste durante o século dezoito foi a da indústria do açúcar. No ponto mais baixo da depressão, nos fins de 1730, a produção de açúcar caiu a menos da metade do que havia sido no começo do século e permaneceu (durante 1740 e 50) em cerca de 50% do nível dos anos bons. Paraíba e Itamaracá deixaram de ser produtores importantes em Pernambuco e, no ápice da crise, entre um terço e a metade das plantações de cana foram abandonadas.⁵¹ Na zona da mata o cultivo comercial se retraiu, os pobres e desempregados voltaram à cultura de subsistência. Anteriormente as plantações congregavam a economia regional, provendo juntas um mercado para os fazendeiros de gado e fumo. Pela metade do século esse relacionamento havia se desfeito.

A descoberta do ouro criou novos padrões de dependência. Os escravos negociados na África, em troca do fumo baiano, iam principalmente para Minas, enquanto a demanda aí da carne de boi e bestas de carga desfazia a dependência das fazendas de gado do interior com as plantações costeiras. Minas Gerais constituiu-se em tal mercado para o gado, que promoveu grande estímulo na difusão das fazendas de gado, alargando suas fronteiras para o interior. Esta modificação atuante na agricultura no Nordeste refletiu-se nas Rendas Reais: as fazendas de gado começaram a contribuir mais para os dízimos, na Paraíba, substituindo o açúcar como principal contribuinte.⁵² Mas esse apogeu da criação de gado teve vida curta. A expansão dependeu de uma fonte efêmera. Quando essa fonte começou a se exaurir, depois da metade do século, e as populações das cidades mineiras do ouro começaram a se dispersar, então a demanda do gado no Nordeste começou a minguar.

Durante o segundo quartel do século dezoito o Nordeste do Brasil se tornou região-problema, reconhecida como tal em Lisboa. Houve tentativas, durante a segunda metade do século, de reanimar a indústria do açúcar e de diversificar a agricultura da região, tentativas que resultaram em algum sucesso com o cultivo do algodão e que pode ser visto como primeiro dos muitos esforços para desenvolver a economia.

51 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 34, 1739/40, Francisco do Rego Barros, Provedor Mor da Fazenda Real, Recife, ao Rei, 30 de novembro, 1739.

52 Veja os relatórios em A.H.U.L. Paraíba, caixa 12, 1755/59, Luiz Antonio de Lemos de Britto, Paraíba, 4 de maio, 1755, ao Rei e do Provedor Mor da Fazenda ao Rei, Paraíba, 20 de fevereiro, 1759.

TABELA I

Balanço do Tráfico de Escravos em Pernambuco e Paraíba

Ano	Escravos Importados	Contratos	Escravos p/Minas	Balanço em Favor de Pe. e Pb.
1722-23	2.825	5.434\$000	1.208	1.617
1723-24	3.154	5.434\$000	1.208	1.946
1724-25	2.132	5.434\$000	1.208	924
1725-26	2.193	6.930\$000*	924	1.269
1726-27	2.709	6.000\$000	800	1.909
1727-28	2.744	6.000\$000	800	1.944
1728-29	2.115	2.432\$500*	324	1.791
1729-30	1.668	1.037\$000*	138	1.530
1730-31	1.385	738\$000*	98	1.287
	20.925		6.708	14.217

NOTA: Escravos importados somente da Costa da Mina.

* Indica rendimentos efetivos.

FONTE: Importação de escravos: A. H. U. L. Pernambuco, caixa 26, 1730/32. Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros ao Rei, Recife, 16 de janeiro, 1732. Contratos: A. H. U. L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26; 21A, 1726; 24, 1729 e 1730/32.

TABELA II

Balanço de Tráfico de Escravos, Bahia, 1728/48

Contrato de escravos que foram para Minas

1722-25	20.000\$000 por ano
1727	20.000\$000 " "
1745-48	21.090\$000 " "

Escravos Importados	Escravos P/Minas	Balanço em Favor da Ba.
4.750 p/a	2.667 p/a	2.083 p/a

NOTA: Escravos importados somente da Costa da Mina.

FONTE: Para contratos: A. H. U. L. Bahia, caixas 31, 1725; 37, 1727 e 59, 1735/98.